



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

22 DE
FEVEREIRO DE
2021



REPÓRTER

70

> CALOTE SANTARÉM

Profissionais de saúde, especialmente médicos que trabalharam no Hospital de Campanha de Santarém, no oeste do Pará, reclamam que ainda não receberam os pagamentos. A unidade encerrou as atividades em setembro do ano passado. Em protesto, o grupo chegou a colocar um outdoor na cidade.

PAGAMENTOS

Nas redes sociais, a Secretaria de Estado de Saúde do Pará informou ontem que todos os pagamentos de despesas do Hospital de Campanha de Santarém foram feitos em juízo e que a medida foi tomada para defender os interesses dos profissionais, após a Sespa ter sido informada que a Organização Social Instituto Panamericano de Gestão não estava fazendo os pagamentos. A liberação dos valores, segundo a Sespa, está condicionada à decisão da justiça de Santarém. Dezesete médicos já ingressaram com ação de cobrança judicial.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

REMOTO

Todos os 100 cartórios eleitorais entraram em atendimento remoto como forma de prevenção à Covid-19. Porém, o cidadão não ficará sem a prestação de serviço da Justiça Eleitoral. As demandas podem ser atendidas no site oficial do TRE do Pará, onde o internauta acessa do lado direito do computador a aba Atendimento Remoto. Em dezembro ocorreram cerca de 2 mil atendimentos e, em janeiro, este número chegou a 11 mil, devido aos prazos finais para justificar a ausência nas eleições municipais de 2020. Em janeiro, os serviços mais procurados no Tribunal foram o alistamento (50,64%), e transferências do domicílio eleitoral (21,26%).

NOTA DE DESAGRAVO

Associação do MPPA sai em defesa do procurador-geral de Justiça e repudia matéria publicada em jornal da família de Helder Barbalho

22 FEV 2021 - 10H25 | ATUALIZADO 22 FEV 2021 - 11H09 | Compartilhar



Crédito: Ascotm MPPA

A Associação do Ministério Público do Estado do Pará (Ampep) emitiu uma nota de desagravo em defesa do procurador Gilberto Valente. Em matéria publicada no jornal Diário do Pará neste domingo, 21, o procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Valente é acusado de adotar conduta criminosa durante a conclusão de um Inquérito Policial Militar

A reportagem, que traz a manchete “Corregedor vê indícios de crime na conduta de assessor de Gilberto Martins” aborda a conclusão do IPM para apurar a

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

conduta do Tenente Coronel Afonso Geomárcio Alves dos Santos, durante cumprimento de medida judicial em outubro de 2020.

De acordo com a nota, os fatos foram esclarecidos anteriormente, confirmando que era lícita a presença do militar no local da operação, uma vez que ele realizava a segurança da esposa do Procurador-Geral de Justiça. A Ampep, repudiou a afirmativa do jornal, de que o Gilberto Valente Martins utilizou de seu cargo para tentar embaraçar o cumprimento de uma ordem judicial, pois a diligência foi cumprida normalmente pelos policiais civis.

Leia a nota na íntegra:

A ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – AMPEP, por sua diretoria, vem a público DESAGRAVAR o associado desta entidade, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, DR. GILBERTO VALENTE MARTINS, em face de matéria jornalística veiculada no Diário do Pará, edição de 21.02.2021.

A referida matéria trata da conclusão de Inquérito Policial Militar instaurado no âmbito da Corregedoria da Polícia Militar, para apurar a conduta do Assessor Militar da Procuradoria Geral de Justiça, o Tenente Coronel Afonso Geomárcio Alves dos Santos, durante cumprimento de medida judicial ocorrida em 09 de outubro de 2020.

Conforme já esclarecido anteriormente, era lícita a presença do militar no local da operação, uma vez que ele realizava a segurança da esposa do Procurador-Geral de Justiça, em razão do que merece REPÚDIO a afirmativa do jornal, de que o Dr. Gilberto Valente Martins utilizou de seu cargo para tentar embaraçar o cumprimento de uma ordem judicial, pois a diligência foi cumprida normalmente pelos policiais civis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Esta entidade REPUDIA , também, as insinuações de que o Dr. Gilberto Valente Martins utilizará de expedientes espúrios para arquivar o Inquérito Policial Militar em questão, quando do recebimento deste na Promotoria de Justiça Militar. Tal interferência jamais ocorreu, e jamais ocorrerá, por não se tratar de prática utilizada no âmbito do Ministério Público do Pará, de outrora ou de hoje, considerando ainda a prerrogativa de independência funcional e a seriedade do trabalho dos promotores de justiça deste Estado.

Portanto, qualquer dos membros que atuam nas PJ's militares, a quem for distribuído o IPM, será absolutamente livre para decidir conforme a lei e a sua convicção sobre os fatos, de acordo com os elementos indiciários de prova apresentados pela autoridade militar processante. A AMPEP reafirma a confiança na competência, seriedade e idoneidade do trabalho do Procurador-Geral de Justiça Gilberto Valente Martins, e dos promotores que atuam nas Promotorias de Justiça Militar e em todas as demais unidades ministeriais do Pará.